



**BELO HORIZONTE**  
PREFEITURA MUNICIPAL  
S A Ú D E

## **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELO HORIZONTE, REALIZADA NO DIA 01 DE AGOSTO DE 1996, NO 14º. ANDAR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, AV. AFONSO PENA, 2336 - BELO HORIZONTE.**

No primeiro dia do mês de agosto de mil, novecentos e noventa e seis, realizou-se a reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde. Às 14:45 horas, com existência de quórum, a Secretária Geral, Carminha Bomtempo, inicia os trabalhos apresentando a seguinte pauta: 1- Votação das propostas de ata das reuniões realizadas em 07/03, 13 e 27/06/96; 2- Informes; 3- Discussão sobre Saúde do Trabalhadores; 4- Alto risco materno-infantil. No 1º. ponto da pauta, foram colocadas em votação as atas citadas e perguntado ao plenário sobre retificações. O conselheiro Jader coloca que não propõe retificar mas sugere que a ata de 07/03, receba a formatação tradicional dada às atas das reuniões. Em relação a ata do dia 13/06, a conselheira Simone, solicita que seja retificado seu nome escrito incorretamente. Não havendo nenhuma outra retificação as atas das reuniões realizadas em 07/03, 13/06 e 27/06/96, foram aprovadas por consenso do plenário. Em seguida, no 2º. ponto da pauta, Carminha Bomtempo passa os informes da Mesa. Inicia informando que justificaram a ausência na presente reunião, os conselheiros Maurício e Túlio. Dá informe sobre ofício da Mesa Diretora encaminhado ao Hospital das Clínicas, solicitando que o Conselho seja convocado para participar das reuniões de avaliação do convênio. Informa que foi solicitado à Secretaria a contratação de um tradutor de Braille para facilitar a comunicação entre o Conselho e os portadores de deficiência visual. Também foi solicitada a indicação de um técnico da Secretaria para acompanhar cada Câmara Técnica, dentro de sua área. Confirma a realização do Seminário de Formação dos Conselheiros marcado para os dias 24 e 25 de agosto e convoca todos os conselheiros a participar. Questiona a ausência dos componentes da Câmara Técnica de Controle e Avaliação na 1ª. reunião convocada, o que inviabilizou a reunião. Diz que a Câmara Técnica de Comunicação já se reuniu duas vezes e está encaminhando o próximo jornal que deverá ser publicado em agosto. Informa que a Câmara Técnica de Financiamento, que conta com o maior número de integrantes se reuniu com pouca participação e lembra que os conselheiros efetivos e suplentes que ainda não escolheram a Câmara Técnica a que irão se integrar devem fazê-lo para cumprir a deliberação da V Conferência Municipal de que todo conselheiro terá que participar nas Câmaras Técnicas. Abre para informes do plenário. A participante Marlene, do Conselho Distrital Noroeste, passa informe sobre dificuldades enfrentadas pelas pacientes submetidas à mastectomia para fazerem a reconstituição da mama. Solicita apoio para solução do problema. A conselheira Rita, informa sobre dificuldades para marcação de consultas na Central de Marcação, pede à Mesa Diretora que discuta a questão e denúncia que no Centro de Saúde do Campo Alegre as funcionárias têm sofrido ameaças até de morte por não conseguirem marcar consultas pela Central. O conselheiro Jader,

informa sobre congresso em defesa do SUS, promovido pelo Conselho Federal de Medicina, Associação Médica Brasileira e Federação Nacional dos Médicos, do qual esteve participando juntamente com o Dr. César Campos, Secretário Municipal de Saúde e Presidente do Conselho. Denuncia a proposta do Ministro Bresser Pereira encaminhada ao evento, na qual, em sua opinião, está explicitado o propósito de destruir o Sistema Único de Saúde. A conselheira Simone, informa sobre o 12º. Encontro Nacional de Técnicos em Serviço Público Odontológico, realizado em Curitiba de 17 a 20/07. Convida para o 3º. Simpósio Mineiro da Equipe Odontológica, que será promovido pelo Conselho Regional de Odontologia no dia 24/08. A conselheira Rosalina, informa sobre o tele-debate realizado no dia 30/07, promovido pelos organizadores da X Conferência Nacional de Saúde. O senhor Evaristo Garcia informa sobre programa que prevê o fornecimento de sopa nos Centros de Saúde e propõe que a Mesa Diretora indique uma Comissão para discutir os critérios de implantação do Programa. Carminha, fala que a mesa irá discutir a questão e posteriormente a Comissão será constituída pelo Conselho. O conselheiro João Atháide, fala da carteira de conselheiro e lembra que todos devem trazer uma foto para confecção das carteiras. O conselheiro Antônio Gomes, questiona sobre descontos que vem sofrendo em torno de R\$ 100,00 no contra-cheque da Prefeitura por medicamentos que usa e diz que não consegue os remédios nas unidades do SUS. A conselheira Maria Josefina, informa sobre as atividades da Câmara Técnica de Comunicação e fala da importância de correspondentes nos distritos. O conselheiro Ivan, convida para o lançamento de um livro editado pelo Hospital Odilon Behrens, no dia 08/08 às 19:00 horas, na Associação Médica. O senhor Geraldo Florêncio, do Conselho Distrital Oeste, informa sobre denúncia feita na Rádio Itatiaia por uma usuária, da incidência de diversos casos de meningite no bairro Marajó. Fala das dificuldades de funcionamento dos Centros de Saúde pela falta de pessoal, principalmente clínico geral. O conselheiro Fausto, coordenador da Câmara Técnica de Comunicação, passa informes da mesma e fala de proposta para inserir o Conselho nos veículos de comunicação. Fala da importância de todos estarem participando nas Câmaras Técnicas. Célia, do Conselho Distrital Noroeste, informa sobre a luta da comunidade para construção de um Centro de Saúde no bairro Camargos e entrega documento pedindo apoio para a liberação do terreno que terá que ser passado para o município pelo estado. Dr. César Campos, esclarece sobre a questão dos medicamentos colocada pelo senhor Antônio Gomes explicando que provavelmente ele foi descontado de medicamentos adquiridos através da BEPREM. Fala que os responsáveis pelo setor na Secretaria irão conversar com o conselheiro para equacionar a questão. Sobre os casos de meningite, disse estar informado do que foi noticiado na Itatiaia e o setor competente da Secretaria está averiguando. A questão do bairro Camargos, diz que será examinado, mas esclarece que não chegou à Secretaria nenhuma informação de que essa obra tenha sido discutida no orçamento participativo. O conselheiro Geraldo Carvalho, elogia o Jornal dos Conselhos, recentemente publicado, sugerindo que a próxima edição siga a mesma linha. Fala também da eleição dos gerentes e da falta de medicamentos básicos, especialmente no

Jardim Leblon. Carminha, informa sobre cartilha mandada confeccionar com informações a respeito do financiamento do SUS e controle e avaliação. Informa que também já foi mandado confeccionar o Relatório Final da V Conferência Municipal de Saúde. Carminha, comenta a questão da eleição e coloca que cabe ao Conselho encaminhá-la. A seguir, no ponto da pauta, Saúde do Trabalhador, Carminha, convida para expor a Dra. June Maria Passos de Rezende, coordenadora da área na Secretaria. Dra. June, utilizando transparências, apresenta o trabalho que vem sendo feito e diz que essa área foi implantada pela Secretaria há três anos e meio, estando as ações divididas em duas linhas, a de assistência, que é a atenção a portador de doença profissional e ao acidentado do trabalho. A outra linha é de vigilância, que são ações que visam prevenir estes casos. Fala que em relação a assistência, existem três serviços de referência estruturados, os CERSATs (Centro de Referência em Saúde do Trabalhador), nos distritos Barreiro, Noroeste e Centro Sul em processo de implantação. Em relação à vigilância, esse serviço foi criado recentemente com um corpo técnico especializado na área que deverão vistoriar e notificar as empresas, assim como desenvolver todas as ações de vigilância. Diz que a oferta de consulta especializada ainda é pequena e a principal demanda é no tratamento da LER (lesão por esforços repetitivos). Fala da reunião entre o Secretário, Dr. César Campos e o Superintendente do INSS, no sentido de criar uma referência em reabilitação física aproveitando a estrutura do CRP (Centro de Reabilitação Profissional), com recursos financeiros e gerenciamento da Secretaria e recursos humanos do Estado. Informa ter sido definido nessa reunião que os secretários estadual e municipal estarão juntamente com o superintendente do INSS, formalizando um convênio ou carta de compromisso que resolva a questão. Apresenta dados sobre o atendimento prestado e relata como é feito esse atendimento. Encerrada a exposição, é aberta a palavra ao plenário. O conselheiro João Atháide, pergunta sobre confecção de apostilas de orientação para os trabalhadores e sobre a relação do setor de saúde do trabalhador com os sindicatos, propondo que sejam tomadas estas providências para que haja um combate mais efetivo à LER. O conselheiro Paulo César, pergunta sobre como é feita a escolha dos locais para instalação dos CERSATs, se existe perspectiva de integração das empresas privadas a esse trabalho e sugere que haja uma coluna fixa no Jornal dos Conselhos para divulgação desse assunto. O senhor Evaristo Garcia, fala da situação dos trabalhadores da construção civil e questiona que estes, assim como as trabalhadoras da limpeza urbana, que são terceirizadas, são explorados, não se discutindo de forma ampla a condição de vida destes trabalhadores. Respondendo, Dra. June, fala que a Secretaria vem trabalhando em articulação com os sindicatos desde o início de implantação do setor, tendo começado a discutir a questão com o sindicato dos metalúrgicos na região do Barreiro. Fala em relação aos sindicatos que tem havido dificuldades pela fragilidade do Fórum Mineiro de Saúde do Trabalhador, formado pelo movimento sindical, que não vem funcionando adequadamente, tendo a coordenação da Secretaria que tomar as iniciativas. Acha importante que o Jornal dos Conselhos abra espaço permanente para a Saúde do Trabalhador. Explica que o CERSAT/Barreiro, foi

instalado por ser região industrial e pela pressão dos sindicatos. O da região Centro-Sul obedeceu a razões epidemiológicas por concentrar o maior número de empresas e conseqüentemente as ocorrências. Quanto à referência da Noroeste que funcionava no HOB e foi transferido para o PAM Padre Eustáquio, deve-se ao grande número de pequenas empresas existente na região, que são reformadoras de baterias e responsáveis pela maior parte dos casos de intoxicação por chumbo. Diz que a coordenação está trabalhando no sentido de descentralizar as ações para que sejam desenvolvidas em todos os distritos. Fala que é muito importante discutir a questão do trabalhador da construção civil, mas entende, que do ponto de vista político, quem deve encaminhar essa discussão é o Conselho Municipal de Saúde. A participante Léia, pergunta onde será localizado o CERSART/Centro-Sul e como será o fluxo para o atendimento. O conselheiro Antônio Gomes, pergunta como é feita a divulgação e defende a prevenção com a distribuição de folhetos que esclareçam os trabalhadores. O conselheiro Eucério, fala que os americanos estão prevendo gastar cerca de sete bilhões de reais com LER, o que equivale ao que o SUS estará gastando em todo o país. Diz que é importante que o município articule a questão da vigilância, ainda sem nenhuma articulação nos níveis federal e estadual enquanto a FIEMG está organizando núcleo de saúde do trabalhador com propostas que não são interessantes para os trabalhadores. Considera fundamental que a Secretaria Municipal de Saúde articule isso com participação dos trabalhadores. Dra. June, respondendo informa que o CERSAT/Centro-Sul será localizado à Rua Rio Grande do Norte com Getúlio Vargas e ainda não está funcionando por estar em processo de reforma. Sobre o fluxo, esclarece que o Centro de Referência têm funcionado como porta de entrada, recebendo demandas encaminhadas de unidades básicas, empresas, sindicatos, outras instituições públicas e a demanda espontânea, quando o próprio trabalhador procura o CERSAT. A proposta da coordenação é estar capacitando as equipes das unidades básicas para atendimento encaminhando aos CERSATs apenas os casos mais complexos. Concorde com a importância de priorizar a vigilância, prevenção e divulgação. Fala das dificuldades em função do sucateamento da Delegacia Regional do Trabalho, que conta atualmente com poucos técnicos para exercer a vigilância. A conselheira Sulimar fala da Resolução nº. 03/95, do Conselho e diz que sua proposta é implementar o que foi deliberado marcando data para a utilização do espaço do CRP, municipalizar o serviço com parceria do Estado, conclusão do CERSAT/Barreiro e implantação do CERSAT/ Centro-Sul, que foi decisão da V Conferência Municipal de Saúde, assim como, marcar a data para realização da II Conferência de Saúde do Trabalhador, também deliberada na V Conferência. Propõe que seja garantida a presença de um técnico em Saúde do Trabalhador em cada distrito sanitário, para implementar a vigilância. Propõe que seja criada uma Comissão do Conselho para encaminhar essas questões e as deliberações de V Conferência. A participante Dirce, fala que é importante somar esforços para aprofundar a discussão partindo da compreensão de que todos são trabalhadores e isso não é tarefa apenas dos sindicalizados. Diz que a DRT está mesmo sucateada porque conta com pouco mais de 20

médicos e 40 engenheiros para fiscalizar todo o estado de Minas Gerais, sendo a perspectiva o Sistema Único de Saúde ir assumindo em cada município conforme determina o artigo 6º. da lei 8080. Paulo Augusto relaciona o aumento das doenças profissionais aos efeitos da globalização da economia e defende que é necessário exigir que, no caso da LER, as máquinas sejam fabricadas com mecanismos que a cada duas horas suspendam o funcionamento. O conselheiro Jader, fala que a Saúde do trabalhador foi priorizada pelo Conselho e discutida em audiência com o Prefeito, que assumiu o compromisso de nomear trabalhadores da área para os quadros da Secretaria. Propõe que a Comissão proposta por Sulimar seja mais ampla, nos moldes da Comissão Municipal de AIDS, sendo composta de representantes do Conselho, governo e entidades representativas da sociedade a partir da experiência do Fórum Municipal de Saúde do Trabalhador. Propõe que se reúna o Conselho e a Secretaria para elaborar proposta de composição da Comissão. Dr. César Campos, Secretário Municipal e Presidente do Conselho, faz um histórico da implementação do projeto de saúde do trabalhador e fala que a participação dos sindicatos tem sido pequena e da importância do movimento sindical no processo. Fala das tentativas que vêm sendo feitas para implementar as deliberações do Fórum. Sobre o CRP, diz que desde 1993, a prefeitura vem tentando municipalizá-lo mas depende de contrapartida das outras esferas de governo, o que agora existem perspectivas de ser viabilizado ficando sob responsabilidade da União, a reforma do prédio e cessão dos equipamentos, ao Estado caberia ceder recursos humanos e o município assume o custeio, reparação e manutenção dos equipamentos existentes e aquisição de outros, caso seja necessário, além da gestão dos serviços. Diz ter informações de que o Secretário Estadual, Rafael Guerra está empenhado neste acordo. A conselheira Rosalina, discorda das referências feitas aos sindicatos e diz que as iniciativas foram todas dos sindicatos, inclusive a discussão de março/95 no Conselho que resultou na Resolução 003/95, ainda não homologada pelo Prefeito. Encerrando sua participação, Dra. June, dá esclarecimentos sobre a LER, informando como a doença se apresenta. Esclarece que, apesar de não ter sido homologada a Resolução 003/95, tem sido implementada e as críticas foram feitas à ineficiência do Fórum. Encerradas as discussões, Carminha propõe que as propostas apresentadas sejam discutidas em Comissão a ser formada e que a proposta de criação da Comissão Municipal de Saúde do Trabalhador nos moldes da Comissão de AIDS seja acatada. Inicia a indicação dos nomes para compor a Comissão encarregada de encaminhar as deliberações. A Comissão fica composta pelas conselheiras, Sulimar, Carminha Bomtempo, Rosalina, Laraene e Soraya Gorgozinho. No ponto da pauta sobre alto risco materno-infantil, Carminha, fala da denúncia apresentada na reunião anterior pela conselheira Rosalina sobre encaminhamento de pacientes pela Maternidade Odete Valadares (MOV), posteriormente comprovada em documentos, o que resultou na inclusão da questão do alto risco na pauta da presente reunião. Convida para compor a mesa o Secretário Municipal Adjunto, Dr. Fausto Pereira dos Santos, o diretor da MOV, Dr. Antônio Fernandes Lages, representando o superintendente da FHEMIG, Dr. Eucério Valadão Cardoso, representando o diretor do

Hospital Júlia Kubitschek, Dr. Sinval Ferreira de Oliveira. Propõe que a conselheira Rosalina fale do fato denunciado. A conselheira lê a relação dos hospitais privados incluídos no acordo que gerou o documento que a Maternidade Odete Valadares entrega à parturiente para apresentar ao hospital ao qual ela é encaminhada, documento este que foi denominado “carta-bomba”, pelos servidores da MOV. Faz também a leitura do documento e de alguns exemplares do mesmo, que foram devolvidos nos casos em que o hospital indicado recusou o atendimento. Questiona essa forma de encaminhamento que, no seu entendimento, transfere para a parturiente no momento do parto considerado de risco, responsabilidade de conseguir uma vaga no hospital. Critica também o fato de colocarem a paciente na ambulância somente com o motorista, sem um profissional de saúde habilitado a um atendimento emergencial. Diz que o objetivo da denúncia é encontrar solução para uma questão que considera de máxima gravidade. A seguir, a palavra é passada ao Dr. Antônio Lages, diretor da MOV, que fala que essa questão está chegando ao Conselho tardiamente e é muito grave, mas vem sendo discutida com muita seriedade por uma Comissão de Perinatologia criada na Secretaria Municipal de Saúde e vem fazendo progressos lentos devido à complexidade do problema, porque toda vez que há algum avanço surge a questão da tabela, do governo federal que não paga e a discussão é atropelada. Fala que houve no final de 1994 uma denúncia na Promotoria de Defesa do Cidadão, que teve vários depoimentos e não se conhece os resultados. Diz que 1994, a MOV fechou seis vezes tendo ficado noventa dias durante aquele ano, parada ou funcionando abaixo do normal. Usa transparências para apresentar dados do atendimento na MOV onde, segundo ele, de 900 internações feitas por mês, em torno de 50 são gravidez de risco e quando a maternidade fechava todos os atendimentos deixavam de ser feitos. A partir de quando assumiu a direção constatou que existiam em Belo Horizonte 300 partos de risco que excedia da oferta de leitos na capital e era possível à MOV absorver 150 destes casos restando portanto 150 para os quais era necessário encontrar uma forma de serem feitos. A solução pensada foi reunir as maternidades conveniadas ao SUS distribuir estes casos excedentes entre elas. Demonstra que a relação entre os atendimentos feitos nos hospitais privados e públicos é modificada à medida que aumenta a gravidade dos casos passando para o setor público o maior número dos atendimentos. Faz comparação entre os problemas de falta de leitos enfrentados pelo Pronto Socorro João XXIII e a MOV, que considera serem mais complicados, faz referência a obras que serão realizadas na MOV para ampliar a capacidade de atendimento. Dr. Sinval, do HJK, fala que os números apresentados em relação aos hospitais privados já foram modificados e informa sobre vinte e seis leitos que serão inaugurados na maternidade Hilda Brandão até o final do mês. O Secretário Municipal Adjunto, Dr. Fausto, fala que já existem uma série de propostas para solução dos problemas no atendimento do alto risco neonatal, que vêm sendo discutidas pela Comissão de Perinatologia, a que o Dr. Antônio se referiu e o Conselho aprovou quando da discussão sobre os recursos do Fundo Municipal de Saúde, um investimento específico nessa área. Fala do convênio com a Santa Casa para os 26 leitos da Maternidade

Hilda Brandão, estando em discussão acordos também com os Hospitais Evangélico e Felício Rocho. Diz que a dificuldade em relação aos hospitais privados e filantrópicos está na baixa remuneração e a proposta é criar uma tabela própria a nível do SUS/BH, que possibilite uma remuneração diferenciada, desde que se estabeleçam direitos e deveres dos conveniados. Sobre o setor público, diz que as possibilidades de expansão do atendimento estão praticamente esgotadas, tendo havido investimentos do Hospital Odilon Behrens e Júlia Kubitschek, restando o Hospital das Clínicas que tem sérios problemas de falta de recursos, embora exista um projeto para dobrar o atendimento ao alto risco. Dr. Eucério, da FHEMIG, coloca a necessidade de rediscutir o IVHE (Índice de Valorização Hospitalar de Emergência) que foi criado no final do ano passado e remunera distintamente os hospitais começando com 10%, 15% e 25%, para atendimento do sub-sistema urgência/emergência, mas não existe nenhum controle se o hospital está ou não está recebendo, sendo necessário que o Conselho tire pessoas para participar de uma discussão mais ampla sobre o IVHE, de como ele vai ser controlado. Sobre o encaminhamento das pacientes, diz ter a certeza de que o Dr. Antônio está atento à questão e vão tentar resolvê-la. Insiste em que o Conselho discuta a regulamentação do IVHE. Aberta a palavra ao plenário, o conselheiro Jorge Nahas, fala que além da estadia prolongada o alto risco exige também muito equipamento e qualificação do pessoal que assiste, sendo necessário verificar-se a questão da qualidade do atendimento. Diz que algumas maternidades até se dispõem a atender esses casos, mas, sem as mínimas condições necessárias para prestar o atendimento, não tendo pediatra 24 horas e anestesistas localizáveis 24 horas, representando uma grande responsabilidade encaminhar-lhes pacientes de risco. Coloca que não é aceitável que nenhuma gestante de alto risco fique fora do sistema, mas não é possível garantir que a solução ocorra num prazo curto porque a medida que as soluções forem sendo apontadas as exigências também irão aumentando quanto às condições de trabalho. Considera oportuno o surgimento da questão da carta e apresenta uma em que a paciente foi encaminhada ao hospital Ernesto Gazolli, posteriormente ao Hospital das Clínicas, para ser atendida no Odilon Behrens. Fala que, aproveitando a presença de vários diretores de Maternidades, gostaria de propor que as Maternidades Públicas não devam recusar pacientes, aceitando toda a demanda espontânea, porque o que vem ocorrendo é essa recusa, quando o berçário de alto risco está lotado. Diz que a alegação de que a qualidade do atendimento cai é correta, mas não existe nenhuma qualidade no atendimento quando a paciente é recusada. Defende que deve-se tentar o encaminhamento a uma maternidade que condições de fazer o atendimento, ressaltando o papel da Central de Internação, ou mesmo que seja por outra via, mas, a paciente deve ficar sob os cuidados do hospital público a que recorrer até poder ser atendida em outro hospital. Considera que fechar as portas à paciente é desresponsabilizar-se pela questão e entende que o Conselho Regional de Medicina, Conselhos Tutelares e a própria Justiça deveriam ser envolvidos nessa discussão porque, do ponto de vista médico, é ética médica atender sob qualquer condição desde que a gestante não seja deixada na rua. Dr. Paulo Tarcísio, coordenador da

Comissão de Perinatologia, presta esclarecimentos ao Conselho sobre a Comissão, seus objetivos e o trabalho que vem sendo desenvolvido, dá os números do atendimento ao parto de alto risco em Belo Horizonte e apresenta a proposta de pagamento diferenciado, esclarecendo que a qualidade do atendimento é básica para o recebimento dentro da tabela que a Comissão propõe. Fala de maternidades que têm recebido pacientes de risco não tendo condições de atender sequer pacientes sem risco. A conselheira Rosalina, fala que tem informações de que nos Hospitais das Clínicas e Júlia Kubitschek, as pacientes de risco são dispensadas da porta quando não há vagas, o que considera absurdo, colocando que, no seu entendimento, qualquer unidade pública de saúde representa o estado e portanto quando se diz que a saúde é dever do estado, o hospital público tem o dever de receber a paciente e buscar solução para o seu atendimento. Pergunta ao Dr. Antônio sobre o encaminhamento das pacientes na ambulância com um profissional de saúde e não apenas com o motorista e à Secretaria pergunta sobre se o pagamento diferenciado contempla a expectativa de lucro dos hospitais privados, porque entende que essa solução de pagar mais só trará resultados se contemplar essa expectativa. Defende que o SUS deve investir prioritariamente no setor público e propõe que recursos do Fundo Municipal de Saúde sejam utilizados para ajudar a agilizar as obras que, segundo o Dr. Antônio informou, serão efetuadas na MOV. O conselheiro Ivan, fala que existem cinco maternidades em Belo Horizonte que têm capacidade para atendimento de alto risco havendo um déficit e defende que essas maternidades se articulem porque a solução encontrada pela MOV não resolve o problema mesmo porque, a maioria das maternidades citadas como incluídas no acordo não têm condições para atender partos de risco. Diz que é muito melhor para a criança de risco nascer em uma maternidade que tenha condições lotada, do que em uma que não tenha as condições adequadas. Propõe que as cinco maternidades que, a seu ver, são as que têm condições de atender o alto risco se reúnam para encontrar uma solução de curto prazo até que a questão seja definitivamente resolvida com a criação de mais leitos. O conselheiro João Athaide, pergunta porque se limita o número de leitos de alto risco e fala que o estado não investe na prevenção desse tipo de casos, questiona os recursos gastos no PROER enquanto situações graves como essas ficam sem solução. Dr. Fausto, fala sobre o IVHE e esclarece que de fato faltou um acompanhamento por ter sido instituído de afogadilho e alguns hospitais entraram sem ter assumido nenhum compromisso. Diz que isso foi totalmente feito e a partir de 1º. de julho existe um termo de compromisso a ser assinado tanto na área de maternidade quanto em outras áreas, contemplando as discussões feitas na Comissão perinatal e nas bipartites e a perspectiva com a qual a Secretaria vem trabalhando é de fazer um acompanhamento mensal e retirar aqueles que não estejam cumprindo o que assinaram em termo de compromisso. Responde ao conselheiro João Athaide, esclarece que o limite é a capacidade de atendimento da maternidade, os recursos materiais e humanos de que ela disponha. Respondendo à conselheira Rosalina, esclarece sobre os valores da tabela, dizendo que está-se tentando criar um valor intermediário entre o leito do recém-nascido retido e a

diária de CTI, fala da possibilidade de o Dr. Paulo Tarcísio fazer umma explanação mais detalhada sobre a proposta ao final dos debates. O senhor Evaristo Garcia, fala que não quer negar a ciência, mas questiona a não utilização de métodos que considera mais simples e práticos de atendimento a esses casos. Critica a falta de saneamento e propõe que o Conselho debata com a COPASA e o juizado da Infância e Adolescência o alto índice de mortes de crianças por doenças como diarreia. O conselheiro Jader, saúda a primeira participação do Dr. Fausto, como novo Secretário Adjunto da Saúde e fala da importância de se discutir essa questão à luz da X Conferência Nacional de Saúde, pois essa é uma das muitas questões nas quais a população fica à descoberto enquanto o governo federal prioriza salvar bancos. Critica o Programa de Demissão Voluntária do Governo Estadual, que, no seu entendimento, é contra o SUS. Propõe que durante a X Conferência, o Conselho Municipal, através de seus delegados, proponha uma moção para que essa grave questão seja resolvida com compromisso assumido pelos governos federal, estaduais e o setor privado. A participante Dirce, fala da necessidade de discutir que a saúde pública tem que ser responsabilidade pública e o setor público deve assumí-la integralmente, sob pena da população ter que eternamente conviver com o comércio da saúde, porque o hospital privado visa o lucro e é preciso que a saúde seja efetivamente pública. Dr. Antônio Lages, considera simplista a proposta de que todas as maternidades públicas tenham que atender as pacientes e diz que não é possível atender se existe um limite físico para isso, o que ocorre no Odete Valadares. Fala de alguns casos que, segundo ele, impossibilitam soluções simples e concorda que a forma encontrada não é o ideal, mas defende que a questão só será resolvida a longo prazo e o dia-a-dia tem que ser considerado. Dr. César Campos, fala que são necessários 70 leitos para que o fluxo seja normalizado sem que haja sobrecarga nos hospitais públicos, com as condições de atendimento exigidas. Entre os projetos públicos, cita os leitos previstos para o Hilda Brandão e Hospital das Clínicas e diz que enquanto isso não se concretiza é preciso encontrar soluções de curto prazo e defende que o Conselho aprove sob forma de Resolução a proposta da Comissão de Perinatologia. Coloca que, enquanto gestor, vai convidar as maternidades públicas, MOV,, HJK, HOB, HB e HC, para fazer um pacto entre estes hospitais públicos no sentido de atender esses casos e a Central de Internação terá que assumir a tentativa de organizar um fluxo para garantir leitos em outros hospitais que tenham condições de atender, entende, que estando a paciente dentro de um hospital público é melhor do que estar circulando com risco até de morrer no percurso. Reitera a proposta de pacto que seja solidário, não competitivo, buscando resolver essa questão até a solução definitiva que, afirma, virá até o final do ano. Dr. Sinval, destaca que em Belo Horizonte houve um grande aumento da população, principalmente na periferia, várias maternidades foram fechadas e outras deixaram de atender pelo SUS. Diz que só há uma solução definitiva, o governo assumir a responsabilidade, ou seja, o atendimento através do sistema público. Coloca-se à disposição para o pacto proposto por Dr. César, mas reitera que a longo prazo os governo federal, estadual e municipal, terão que assumir. A participante Célia, lamenta que a análise

está sendo feita de uma forma muito técnica e como militante do movimento de mulheres tem observado que as mães passam várias vezes pelas maternidades, têm um número grande de filhos e não recebem nenhuma orientação sobre o planejamento familiar. Diz que gostaria que os médicos presentes vissem a questão pelo lado social e não apenas técnico. O conselheiro Geraldo Carvalho, defende a proposta da Secretaria e propõe que as unidades básicas sejam integradas no esforço de solucionar a questão, passando informações aos hospitais sobre as pacientes que fazem o pré-natal e cujo parto é de risco. A seguir, Carminha, passa a palavra ao Dr. Paulo Tarcísio, para apresentar a proposta da Comissão de Perinatologia. Dr. Paulo, lembra que não adianta apenas qualificar os berçários se não trabalhar todas as questões discutidas e fala que além do leito de risco a Secretaria tem propostas para o atendimento ao pré-natal normal, ao pré-natal de alto risco com referenciamento e o referenciamento das gestantes para as maternidades sem risco. Apresenta a proposta com detalhamento dos valores e critérios para pagamento diferenciado, esclarecendo que o valor proposto cobre os custos com o recém-nascido de risco. Reitera a proposta de reunir as cinco maternidades públicas para um acordo que vise encontrar uma forma de procedimento comum, O conselheiro Fausto Isac, fala que a plenária está esvaziada e o assunto é muito complexo tendo sido discutido tecnicamente, defende que não haja decisão e a discussão seja remetida a Câmara Técnica de Controle e Avaliação para posterior deliberação do plenário. O Secretário Adjunto, Dr. Fausto, esclarece que o Conselho já tem deliberação sobre o assunto e os recursos financeiros já estão assegurados. A conselheira Rosalina, defende que seja votada a transformação da proposta da Comissão de perinatologia em resolução do Conselho Municipal de Saúde. Carminha Bomtempo, consulta o plenário e a proposta é aprovada por consenso. Carminha, lê as demais propostas apresentadas: 1- que as Maternidades Públicas não recusem pacientes; 2- o acompanhamento dos pacientes, em ambulâncias por um profissional de saúde e não apenas o motorista; 3- priorizar investimentos financeiros no setor público; 4- que a Secretaria Municipal de Saúde financie as obras da Maternidade Odete Valadares; 5- reunião das cinco maternidades públicas e Central de Internação para fazer um pacto que garanta o atendimento ao alto risco; 6- discutir com a COPASA e Juizado da Infância e Adolescência, solução para as mortes de crianças por diarreias; 7- Moção do Conselho a X Conferência Nacional de Saúde sobre essa questão, para ser solucionada a nível nacional e referendada no Conselho; 8- trabalho educativo esclarecendo a população sobre o alto risco; 9- facilitar a ligadura de trompas para gestantes de alto risco, com avaliação da saúde. Carminha propõe que no item 5, haja acompanhamento do Conselho e no item 8, que a Câmara Técnica de Comunicação, juntamente com a de Controle e Avaliação, providenciem o material. O representante da FHEMIG, Dr. Eucério propõe retirar o item 4, informando que já estão garantidos os recursos financeiros para as obras na MOV. Dr. César, esclarece que o projeto da Saúde da Mulher, já contempla as questões levantadas como prevenção e planejamento familiar. Informa que às 14:00 horas desse dia 02/08, haverá reunião da equipe técnica responsável pela área de saúde da mulher com o recém-

criado Conselho da Mulher, onde o projeto que vem sendo executado no município será apresentado e convida aos presentes para comparecer. Carminha, propõe formar Comissão para encaminhar a deliberação da V Conferência de realização da Conferência Municipal de Saúde da Mulher. A comissão ficou constituída por Carminha, Célia, Rosalina, Maria Josefina, Lêda, José Osvaldo e Luiz Moraes. Não havendo nenhuma posição contrária, as propostas foram aprovadas por consenso, com exceção do item 4, retirada. Em sequência, Carminha lê proposta de reuniões extraordinárias do Conselho, para discutir com os candidatos à prefeitura melhor situados nas pesquisas, as propostas dos mesmos para a saúde. Por consenso do plenário é aprovada a proposta. Carminha, passa informes sobre as datas de reuniões das Câmaras Técnicas. Dr. César, propõe a instalação de uma placa em homenagem ao ex-conselheiro Antônio Carlos, no Centro de Saúde da Vila Pinho, aprovada por aclamação. Dr. Fausto, fala sobre 950 cirurgias na área de otorrinolaringologia que seriam viabilizadas por convênio com a Santa Casa para atendimento à demanda reprimida. Propõe que a Câmara Técnica de Controle e Avaliação e a Mesa Diretora definam a questão para agilizar o convênio. Carminha, propõe que a próxima reunião ordinária do Conselho seja no dia 12/09, já que no dia 05 estará sendo realizada a X Conferência Nacional de Saúde. O plenário acata a proposta. A seguir, lê proposta do conselheiro Jader para reunião dos delegados à X Conferência e outros interessados e diz que a Secretaria Executiva do Conselho encaminhará a questão. O conselheiro Fausto Isac, pede ao Dr. César, esclarecimentos sobre a contratação do pessoal concursado. Dado o esclarecimento, Carminha, fala do Seminário de Formação dos Conselheiros nos dias 24 e 25/08. Às 18:10 horas, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente do Conselho e pela Secretária Geral.

Belo Horizonte, 01 de agosto de 1996.

RFF/plfp